

Sumário

Sobre a Coleção Liebman.....	5
Agradecimentos.....	7
Prefácio	9
Apresentação.....	13
Introdução.....	21
1. ASPECTOS GERAIS DA TEORIA DOS RECURSOS CÍVEIS	29
1.1. CONCEITO DE RECURSO.....	29
1.2. NATUREZA JURÍDICA DOS RECURSOS.....	32
1.3. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	33
1.4. OBJETO DOS RECURSOS.....	35
1.5. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	39
1.5.1. Recurso principal e subordinado	39
1.5.2. Recurso total e parcial	39
1.5.3. Recurso ordinário e extraordinário	40
1.5.4. Recursos de motivação livre e vinculada	42
1.6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	43
1.6.1. Requisitos de admissibilidade.....	46
1.6.2. Regularidade formal: aspectos gerais.....	53
1.6.2.1. Fundamentação do recurso	54
1.6.2.2. Pedido de nova decisão.....	55
1.6.3. Interesse recursal.....	56
1.6.4. Restrições ilegítimas ao direito de recorrer.....	58

1.7. JUÍZO DE MÉRITO	60
1.8. CONCLUSÃO PARCIAL	61
2. DECISÃO JUDICIAL COMO ATO PROCESSUAL OBJETO DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DOS RECURSOS	63
2.1. PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS EM GERAL	63
2.1.1. Sentenças e decisões interlocutórias	64
2.1.2. Despachos	65
2.1.3. Decisões nos tribunais	66
2.2. ESTRUTURA DAS DECISÕES JUDICIAIS: ASPECTOS ESSENCIAIS	67
2.2.1. Motivação	68
2.2.1.1. Solução das questões de fato e de direito	73
2.2.1.2. Pluralidade de motivações	75
2.2.1.3. Atendimento ao dever de motivação	83
2.2.1.4. Motivação <i>per relationem</i>	85
2.2.2. Dispositivo	86
2.2.3. Eixos lógico e imperativo	87
2.2.4. A identificação de motivação necessária, suficiente e desnecessária: prejudicialidade entre os fundamentos e o dispositivo	88
2.3. CAPÍTULOS DECISÓRIOS	93
2.4. CAPÍTULOS DECISÓRIOS NO JULGAMENTO DOS RECURSOS	98
2.4.1. Capítulos decisórios nos recursos ordinários	99
2.4.2. Capítulos decisórios nos recursos extraordinários	101
2.5. VÍCIOS DAS DECISÕES JUDICIAIS	107
2.6. CONCLUSÃO PARCIAL	110
3. ASPECTOS ESSENCIAIS DA DIALETICIDADE NO SISTEMA RECURSAL	113
3.1. DIALETICIDADE: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	113
3.1.1. Etimologia da palavra	113
3.1.2. Dialeticidade, processo e o princípio do contraditório	114
3.1.3. A dialeticidade no sistema recursal	118

3.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	122
3.3. NATUREZA JURÍDICA DA EXIGÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO	123
3.4. ATENDIMENTO AO ÔNUS DE IMPUGNAR NA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS	128
3.4.1. Ônus de impugnar, pedido recursal e capítulos decisórios	128
3.4.2. Correlações entre o ônus de impugnar e a diversidade de capítulos decisórios	131
3.4.2.1. Capítulos heterogêneos e homogêneos	131
3.4.2.2. Capítulos independentes, dependentes e condicionantes	135
3.4.2.3. Decomposição de capítulos	137
3.4.3. Correlações entre o ônus de impugnar e os fundamentos da decisão recorrida (eixo lógico)	138
3.4.3.1. Ônus de impugnar e questão de fato	139
3.4.3.2. Ônus de impugnar e questão de direito	145
3.4.3.3. Ônus de impugnar e questões de fato inéditas	148
3.4.3.4. Desnecessidade da impugnação concomitante à solução da questão de fato e da questão de direito	151
3.4.4. Ônus de impugnar, questões condicionantes e prejudiciais	153
3.4.5. Ônus da impugnação específica e pluralidade de motivações: perfil quantitativo	158
3.4.5.1. Pluralidade de motivações e fundamento desnecessário	158
3.4.5.2. Pluralidade de motivações e fundamento necessário	159
3.4.5.3. Pluralidade de motivações e fundamento suficiente	161
3.4.5.4. Pluralidade de fundamentos suficientes para equacionamento de uma questão	164
3.4.5.5. Pluralidade de fundamentos suficientes para equacionamento de um capítulo decisório	166
3.4.5.6. Pluralidade de fundamentos, um dirigido à inadmissibilidade da ação ou do recurso e outro à improcedência da ação ou desprovimento do recurso no mérito	167
3.4.5.6.1. Aplicação do artigo 488 do CPC: julgamento do mérito em prol de quem aprovitaria a decisão de extinção na forma do artigo 485 do CPC	172

3.4.5.6.2. Atendimento à dialeticidade recursal e aplicação do artigo 488 do CPC.....	174
3.4.5.6.3. Aplicação do artigo 488 do CPC no julgamento dos recursos.....	178
3.5. ATENDIMENTO AO ÔNUS DE IMPUGNAR NA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS: PERFIL QUALITATIVO	182
3.6. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS: CASOS FÁCEIS, COMPLEXOS E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	201
3.7. PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DO ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA NO SISTEMA RECURSAL	204
3.7.1. Dialeticidade recursal e regularidade formal	208
3.7.2. Dialeticidade e interesse recursal	212
3.7.2.1. Interesse processual.....	212
3.7.2.2. Interesse recursal: a impugnação específica dos fundamentos como elemento revelador da utilidade do recurso.....	214
3.7.3. Descaracterização da dialeticidade recursal como requisito autônomo de admissibilidade	232
3.8. FUNÇÕES DA DIALETICIDADE RECURSAL.....	234
3.8.1. Concretização do princípio do contraditório	234
3.8.2. Impugnação específica e dever de motivação da decisão que aprecia o recurso	235
3.8.3. Duração razoável do processo e economia processual	236
3.8.4. Filtro ao abuso do direito de recorrer	238
3.8.5. Delimitação da matéria impugnada.....	239
3.8.6. Adequado funcionamento do sistema de precedentes.....	240
3.9. CONCLUSÃO PARCIAL	242
4. ASPECTOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS À DIALETICIDADE RECURSAL.....	247
4.1. Correlações entre os princípios recursais e a dialeticidade recursal...	247
4.1.1. Singularidade	248
4.1.2. Voluntariedade	249

4.1.3. Complementaridade	250
4.1.4. Consumação	251
4.1.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	252
4.1.6. Colegialidade	254
4.1.7. Taxatividade	256
4.2. Dialeticidade recursal e os efeitos dos recursos	257
4.2.1. Efeito devolutivo	258
4.2.2. Efeito suspensivo	263
4.2.3. Efeito obstativo	264
4.2.4. Efeito substitutivo	269
4.3. Classificação dos recursos e a dialeticidade recursal	270
4.3.1. A dialeticidade recursal e os recursos total e parcial	270
4.3.2. A dialeticidade recursal e os recursos ordinário e extraordinário	271
4.3.3. A dialeticidade recursal e os recursos de motivação livre e vinculada	272
4.3.3.1. Recursos de motivação livre	272
4.3.3.1.1. Agravo interno	274
4.3.3.1.2. Embargos de divergência	276
4.3.3.2. Recursos de motivação vinculada	277
4.3.3.2.1. Embargos de declaração	277
4.3.3.2.2. Recursos extraordinário e especial	279
4.3.3.2.3. Agravo em recurso extraordinário e especial	288
4.3.3.2.4. Exigência de impugnação de todos os fundamentos: crítica ao entendimento do STJ no EArsp 746.775/PR	290
4.3.3.2.5. Agravo interno contra decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário e especial	300
4.4. A impugnação específica dos fundamentos nos recursos e nas ações impugnativas autônomas	309
4.5. Dialeticidade recursal e negócios jurídicos processuais	316

4.6. Dialeticidade recursal e inteligência artificial	320
4.7. Descumprimento da exigência de impugnação específica dos fundamentos da decisão.....	328
4.7.1. A regra do artigo 932, parágrafo único, do CPC.....	330
4.7.2. A regra especial do artigo 1.029, § 3º, do CPC	332
4.7.3. Regularização das razões recursais em caso de desatendimento da exigência de dialeticidade recursal	335
4.7.4. Desconsideração pelas cortes superiores do desatendimento do ônus da impugnação específica aos fundamentos da decisão recorrida: artigo 1.029, § 3º, do CPC	346
4.8. A exigência de dialeticidade recursal como regra e não princípio	349
4.9. Conclusão parcial.....	351
Conclusão.....	355
Referências	363